



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 29/01/2014 16:58:10, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0010463-35.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**
 Requerente: **Hsbc Bank Brasil Sa Banco Multiplo**
 Requeridos: **Marcelo Ferreira da Silva e Ms Project Manutenção e Serviços Elétricos Ltda Me**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO move ação em face de **MS PROJECT MANUTENÇÃO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDS M.E.** e **MARCELO FERREIRA DA SILVA**, alegando que celebrou com a ré contrato de proposta e termo de adesão – giro fácil/conta empresarial – pessoa jurídica, tendo sido implantado na conta corrente nº 0959-00857-71, o limite de crédito cheque empresarial no valor de R\$ 1.000,00, com prazo de vencimento pré-estabelecido, renovável automaticamente ao seu vencimento por igual período, sucessivamente, podendo ser reduzido, mantido ou aumentado o limite acima em favor da ré. Ato contínuo, em 20.06.2006, 20.03.2011, 01.07.2011, 18.07.2011, 02.08.2011 e 17.08.2011, a ré utilizou crédito pré-aprovado, denominado giro fácil – global price, onde lhe foram disponibilizados respectivamente R\$ 4.000,00, R\$ 4.000,00, R\$ 8.000,00, R\$ 16.000,00, R\$ 4.000,00 e R\$ 3.000,00, mas os réus não lhe pagaram esses valores, os quais acrescidos dos encargos moratórios até abril de 2011 totalizaram R\$ 33.010,62. Pedem a procedência desta monitória para condenar os réus ao pagamento de R\$ 33.010,62, com correção monetária, juros de mora, honorários advocatícios e custas, valendo a sentença como título executivo judicial.

0010463-35.2012.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Documentos às fls. 12/78.

Os réus foram citados e às fls. 89/94 opuseram embargos monitórios dizendo que a ação monitória não é a adequada, por falta de documentos. Competia ao embargado ajuizar ação de cobrança. Ausente prova da concordância dos embargantes quanto aos encargos remuneratórios e moratórios. Pedem a extinção do processo, sem resolução de mérito. O embargado cobrou TAC, prêmio de seguro e IOF sem que houvesse ajuste. O embargado não apresentou instrumentos dos contratos especificados na inicial. Não existe prova do ajuste dos juros remuneratórios estipulados. Não são devidos correção monetária e juros no período de abril/2011 a abril/2012. Pedem a procedência dos embargos monitórios para excluir da cobrança os valores atinentes à TAC, prêmio de seguro, juros não avençados, subsistindo apenas os juros legais.

Impugnação aos embargos monitórios às fls. 106/137 dizendo que exibiu com a inicial os documentos pertinentes. A ação monitória é a adequada para a espécie. Os encargos remuneratórios e moratórios estão especificados nos contratos. Não praticou nenhum excesso. Pede a rejeição dos embargos.

Réplica à fl. 140. Saneador à fl. 143. Documentos à fls. 181/219. Laudo pericial às fls. 224/263. Manifestação das partes às fls. 269 e 277.

É o relatório. Fundamento e decido.

O embargado ofereceu com a inicial os documentos apropriados para a formulação do pedido, consoante fls. 12/78. Após os embargantes apresentarem embargos ao pedido monitório, por solicitação do perito, através deste Juízo, o embargado exibiu os documentos complementares de fls. 181/219. Nenhum documento essencial ficou sem ser exibido pelo embargado, motivo pelo qual é rejeitada a formulação dos embargantes.

A escolha da ação monitória para o exercício da pretensão de cobrança da dívida se mostrou acertada nos termos da Súmula 247, do STJ: “O contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória”.

De fato, o contrato de fls. 12/24 não contém a estipulação dos juros remuneratórios. O



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

embargado exibiu os extratos da movimentação da conta corrente da embargada (fls. 33/64), através dos quais é possível deduzir qual foi a taxa de juros remuneratórios aplicada em cada um dos valores tomados por empréstimo.

Os contratos de fls. 181/219 contêm taxas de juros remuneratórios. O fato do contrato de fls. 12/24 não indicar a taxa de juros remuneratórios não significa que o embargado não podia aplicar taxas desses juros segundo a média apurada pelo BACEN no mercado financeiro ao tempo de cada contratação. A única restrição quanto a esses juros se dá na hipótese do embargado ter ultrapassado a média dessas taxas de juros.

A Segunda Seção do STJ, no julgamento do REsp nº1.112.879/PR, tendo como relatora a ministra Nancy Andrigui, submetido ao regime dos recursos repetitivos, firmou posicionamento no sentido de que, “ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo BACEN, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente”.

No bem fundamentado laudo pericial de fls. 224/263, o perito apresentou a sua metodologia de trabalho (item 3 de fl. 224), tendo analisado os contratos referidos no item 1 de fl. 224. Detectou que o embargado praticou taxas de juros remuneratórios muito acima da média identificada pelo BACEN, tanto que na elaboração dos cálculos teve o cuidado de apresentar planilhas dos juros de 3,692% ao mês (pretensão do embargado) e 2,16% ou 29,19% ao ano (versão dos embargantes). À fls. 229 o perito apurou que até 29.03.2012, o débito dos embargantes segundo a pretensão do embargado era de R\$ 33.010,62, tendo indicado o número de cada operação contratual e o valor da dívida atrelada a cada um desses contratos.

Pelo limite dos juros cuja média foi identificada pelo BACEN, o perito identificou o valor de R\$ 28.176,65. A TAC e o contrato de seguro foram combinados em cada um dos contratos de empréstimo. Os valores cobrados não são abusivos. O valor do IOF foi objeto de empréstimo e nisso não reside nenhum excesso praticado pelo embargado. Os próprios embargantes renderam-se ao valor encontrado pelo perito, concordando com o montante da dívida como sendo R\$ 28.176,65, conforme fl. 269. Os juros remuneratórios não se limitam a 1% ao mês, mas seguem na esteira do quanto admitido pela Súmula 596 do STF.

Procedem parcialmente os embargos monitorios para a exclusão dos excessos decorrentes da aplicação de juros além do limite identificado como sendo a média no mercado financeiro segundo a constatação feita pelo BACEN. A perícia foi de subido valor pois já excluiu esse



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

excesso.

JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS EMBARGOS

MONITÓRIOS para reconhecer o excesso de juros remuneratórios, ora expurgados, reconhecendo que a dívida dos embargantes em favor do embargado em 29.03.2012 é de R\$ 28.176,65. Os embargantes pagarão ao embargado sobre esse valor, em continuidade à referida data (29.03.2012), correção monetária pela tabela prática do TJSP e juros de mora de 1% ao mês. Os embargantes sucumbiram na maior porção do litígio, por isso pagarão ao embargado 10% de honorários advocatícios sobre o valor atualizado do débito, além das custas do processo e as de reembolso. Esta sentença constitui-se em título executivo judicial.

Depois do trânsito em julgado, intime-se o autor para, em 10 dias, apresentar o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada material. Assim que apresentado esse requerimento, intemem-se os réus para, em 15 dias, pagarem a dívida exequenda, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito e custas ao Estado de 1%. Caso não haja pagamento, intime-se o autor para, em 10 dias, indicar bens à penhora.

P.R.I.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA